

# DESENVOLVIMENTO, GLOBALIZAÇÃO E NOVA ECONOMIA

---

DANIELA ALVES DE ALVES\*

***E**ste artigo busca revisar uma parte do debate teórico em torno das possibilidades e entraves ao desenvolvimento e a sua relação com a divisão internacional do trabalho, levando-se em consideração o advento da globalização e da chamada nova economia. Para tanto é analisada bibliografia recente sobre o tema, colocando em discussão conceitos tais como desenvolvimento, subdesenvolvimento, imperialismo, divisão internacional do trabalho e nova economia. Não privilegiamos, neste texto, a realidade de um país em especial, mas o debate teórico entre os argumentos apresentados, reunidos sinteticamente em dois grandes grupos, com subdivisões e nuances: aquele que aponta a possibilidade de desenvolvimento econômico dos países periféricos mediante a intensa integração no mercado internacional e o grupo de teorias que vê no desenvolvimento local autônomo a única saída contra a exploração dos países ricos sobre os países periféricos e semiperiféricos.*

---

\* Professora do Centro Universitário Franciscano e doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS.

## **Desenvolvimento e estratificação do mercado mundial**

A temática do desenvolvimento e da divisão internacional do trabalho tem duas bases teóricas, segundo Pochmann (2001). De um lado, aqueles autores que apontam a produção e comercialização de bens e serviços como a origem das vantagens comparativas de um país. A integração no sistema mundial, a especialização nas atividades produtivas e o maior intercâmbio de bens, serviços e informações seriam suficientes para assegurar saldos positivos aos países, promovendo a redução da desigualdade entre os estágios de desenvolvimento econômico. Segundo Pochmann, essa é a visão desenvolvida pelas agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Não se pode negar que a inserção no comércio internacional e nas relações internacionais, além de salvar muitos países da bancarrota, promoveu crescimento econômico, porém, na maioria dos países, pouco mudou em termos de distribuição de renda e benefícios sociais. Stiglitz (2002), um ex-presidente do Conselho de Consultores Econômicos do Banco Mundial, em polêmico artigo, faz um balanço da globalização e da atuação do FMI, mostrando que, em várias situações e casos específicos, essa agência não foi capaz de controlar as crises dos países, por exemplo no caso da crise asiática no fim da década de 90. Além disso, a eliminação de barreiras comerciais foi um discurso assumido em especial para os países pobres.

Já outra vertente considera a estratificação entre países uma característica intrínseca do “funcionamento do sistema econômico e social”, presupondo uma desigualdade na produção e absorção da riqueza e na criação e destruição dos postos de trabalho. Aqui podemos identificar, segundo Pochmann (2001), duas interpretações: a primeira valoriza as relações internacionais de dominação e dependência, em que alguns países seriam capazes de impor seus interesses sobre os outros, utilizando-se do poder financeiro, tecnológico ou militar, e a segunda interpretação destaca as causas internas da estratificação mundial, valorizando as variáveis do estágio de desenvolvimento da estrutura produtiva interna e o grau de articulação das elites nacionais. De qualquer modo, essas teorias concordam com a visão de que a divisão internacional do trabalho reproduz as desigualdades entre o centro e a periferia da economia mundial.

Como destacamos, há várias nuances teóricas em torno da argumentação da estratificação e desigualdade no mercado mundial. As noções de centro, periferia e semiperiferia são chaves para a compreensão do funcionamento da economia mundial nessa perspectiva.

Para Pochmann (2001), o centro seria formado por aqueles países controladores do excedente das cadeias produtivas, produtores e difusores de novas tecnologias e, portanto, mais poderosos do ponto de vista político. Países que se destacam na produção e difusão de tecnologia digital e informacional ampliam sua capacidade de negociação internacional em um contexto de extrema concorrência e valorização dos produtos e serviços da nova economia. Abaixo, na estrutura mundial de poder, estaria a periferia, subordinada do ponto de vista da absorção de excedentes e dependente na produção tecnológica. Em uma posição intermediária estaria a semiperiferia.

Inspirado no conceito de semiperiferia, cunhado por Wallerstein na década de 70 e desenvolvido por Arrighi (1997)<sup>1</sup>, Pochmann (2001) constrói uma listagem de países que estariam nesse nível atualmente, incluindo o Brasil. A semiperiferia apresentaria condições socioeconômicas intermediárias entre o centro e a periferia, podendo abarcar dois grupos de países: por um lado, os de economia planejada (socialistas) e promotores de estratégia anti-sistêmica, pouco dependentes na geração de tecnologia, não subordinados na apropriação do excedente e livres da dominação do poder central capitalista; por outro, economias de mercado, pró-sistêmicas, dependentes tecnologicamente, subordinadas na apropriação do excedente e dominadas pelo poder central.

Essa concepção de semiperiferia responde à crítica que surge quando se percebe que há um grupo de países em uma situação intermediária e estável na divisão internacional do trabalho, aspecto não previsto tanto para a teoria da modernização, quanto para a teoria da dependência, principais correntes sociológicas sobre essa temática, presentes na América Latina. Na visão de Arrighi (1997), para a teoria da dependência, as situações intermediárias são residuais e, portanto, transitórias. Para ele a tendência polarizadora da economia mundial empurraria os países para o centro ou para a periferia,

---

<sup>1</sup> Immanuel Wallerstein aprimora esse conceito principalmente em duas obras: *The Politics of the World-Economy*, de 1984 e *The relevance of the concept of semiperiphery to southern europe* (Apud: ARRIGHI, 1997). Wallerstein parte do pressuposto de que a economia mundial seria estruturada nas relações núcleo orgânico-periferia, ligando atividades econômicas organizadas em cadeias de mercadorias. Então tratar-se-ia de uma análise das cadeias de atividades e não dos Estados propriamente. As atividades do núcleo orgânico seriam aquelas que controlariam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, com as atividades periféricas aconteceria o oposto. Os países concentrariam mais atividades de um tipo ou mais de outro, definindo sua posição na divisão do trabalho e do poder. Esta polarização seria estabilizada, econômica e politicamente, pelos países semiperiféricos, que combinariam em igual medida atividades do núcleo orgânico e periféricas. Pochmann (2001) chama a atenção para o fato de que os blocos de países semiperiféricos se constituíram, fundamentalmente devido à difusão do padrão de industrialização norte-americano, devido a regulação internacional pós segunda guerra mundial.

assim como há aqueles que acreditam na modernização progressiva dos países (teorias da modernização) que consideram as situações intermediárias transitórias entre o atraso e a modernidade. O conceito de semiperiferia teria a função de preencher a lacuna dessas teorias. Na divisão internacional do trabalho, tal conceito designa aqueles países que se beneficiam marginalmente nas relações de troca com os países do “núcleo orgânico”, e ganham a maioria dos benefícios nas relações de troca com a periferia.

Arrighi (1997) discorda de alguns pressupostos dessa teoria da semiperiferia, como a equivalência entre desenvolvimento e industrialização, a importância central da idéia de troca desigual e as transferências unilaterais de capital e trabalho. Quanto ao primeiro elemento, poderíamos acrescentar à argumentação de Arrighi a importância atual dos produtos e serviços oferecidos pela chamada nova economia, a ser tratada adiante, promovendo a expansão de setores altamente lucrativos, como as telecomunicações<sup>2</sup>, por exemplo, o que não significa desconsiderar a importância que tem o desenvolvimento industrial nas economias nacionais. Quanto aos outros dois aspectos, a excessiva importância das trocas desiguais e a transferência unilateral do excedente e do trabalho, o autor trata de mostrar que, historicamente, esses dois elementos aparecem tanto como estratégia de centralização como de periferização e, se fazem parte da relação núcleo orgânico-periferia, não são eles, contudo, que definem quem está se beneficiando com as desigualdades na economia mundial.

Arrighi propõe uma abordagem teórica baseada na noção de sistemas mundiais como saída para aquela perspectiva baseada nas redes de troca e nos graus comparativos de industrialização. A capacidade de apropriação de benefícios da divisão mundial do trabalho seria definida pelas características conjunturais da introdução de inovações políticas, econômicas e sociais. Porém, seguindo a idéia de Wallerstein, não existiriam oportunidades de avanço econômico para todos os Estados, pois a riqueza do “núcleo orgânico” não poderia ser generalizada, já que está baseada em processos relacionais de exclusão, de exploração e de reprodução da pobreza da maioria da população mundial. Os Estados seriam os “atores-chave” nos processos de acumulação de capital, porém o desenvolvimento para alguns países não passaria de uma ilusão.

Ainda segundo Arrighi (1997), a inserção política dos países semiperiféricos, que buscam lutar contra a exclusão, significaria a busca de

---

<sup>2</sup> No Brasil, segundo dados do IBGE, os produtos de telecomunicações representaram 67,5% das atividades de informação, em 2001. Os três principais produtos, responsáveis por 48,7% do valor total da receita gerada pelas atividades de informação foram: chamadas por telefonia fixa, chamadas por telefonia celular e serviços complementares de telefonia fixa.

um nicho na divisão internacional do trabalho. Portanto, a luta contra a exclusão não significa diretamente a luta contra a exploração, em favor de um desenvolvimento autônomo e sustentável. Já as lutas contra a exploração, bandeira defendida ardentemente pelos movimentos antiglobalização crescentes na década de 90, movem-se na direção oposta, em busca da autonomia e soberania das decisões dos Estados.

As lutas contra a exclusão têm limitações, pois podem levar a uma exploração mais intensa dos Estados semiperiféricos e, ainda, a uma exclusão maior dos Estados periféricos diante das disputas pela especialização entre esses dois conjuntos de países. A alternativa de escapar à exploração, se bem sucedida, leva a uma auto-exclusão do acesso às riquezas e às fontes mais dinâmicas da inovação.

Dupas (2000) também aponta a ambigüidade das lógicas da exclusão e da inclusão, pois, de um lado, a inclusão dos países na economia mundial não garante a geração de empregos formais e, de outro, essa inclusão garante a queda dos preços de produtos globais e o acesso ao consumo de segmentos pobres da população mundial.

Se pensarmos no argumento de Hardt e Negri (2001), de que no Império todos os países são incluídos, pelo menos do ponto de vista político, ficaríamos ainda com as relações de exploração a resolver. A limitação dessa análise dicotômica está justamente na visão de “beco sem saída”, pois ou os países periféricos se mantêm explorados pelos países centrais ou se auto-excluem da divisão de riquezas, enrijecendo as possibilidades de desenvolvimento de vantagens comparativas e de posicionamento estratégico.

A idéia da integração progressiva e inexorável dos países no mercado mundial, em geral fruto de um consenso político ideológico em torno de um modelo homogêneo de desenvolvimento econômico, não leva em consideração as especificidades e potencialidades da economia local. Sallum Jr. (2001) critica alguns desses estudos recentes sobre o desenvolvimento, partindo de dois, o de Stephan Haggard e o de Sebastian Edwards, ambos de 1995. O primeiro aponta a integração progressiva dos países anteriormente não integrados ao mercado. O segundo aponta para um “novo consenso”<sup>3</sup> a respeito da política econômica, compartilhado pelas elites políticas da América Latina. Essas análises defendem a eliminação de todo e qualquer obstáculo à

---

<sup>3</sup> Pontos do consenso: “(...) a necessidade de gerar estabilidade macroeconômica mediante controle dos déficits do setor público; a importância de abrir a economia para a competição estrangeira; a necessidade de reduzir o papel do Estado no processo produtivo, por meio de programas ambiciosos de privatização e desregulamentação, e de reconstruí-lo a fim de evitar abusos nas atividades econômicas e assegurar a sua competitividade; e a importância de implementar políticas para a redução da pobreza”. (SALLUM JR., 2001, p. 313)

livre movimentação dos capitais privados, independentemente das especificidades dos Estados e do ajustamento das instituições. O autor defende que as mudanças institucionais não obedecem unicamente à lógica de mercado e às reformas políticas. Além da perspectiva unicamente negativa da integração e adaptação, dever-se-ia buscar o ângulo positivo, a construção institucional alternativa. Historicamente, foram os Estados Unidos que investiram força política na definição do modelo das instituições internacionais de regulação após a Segunda Guerra Mundial, muito em função do Sistema Breton Woods<sup>4</sup>.

Sallum Jr. chama a atenção para o fato de que, para manter o crédito internacional e a participação no mercado financeiro global, é exigido dos países que implantem políticas macroeconômicas de acordo com as instituições internacionais de regulação e não um modelo capitalista nacional<sup>5</sup>, modelo em geral baseado na desregulamentação e enfraquecimento das instituições estatais e nacionais. Assim sendo, não teria relevância discutir a necessidade ou não de integração ao capitalismo transnacionalizado, visto que isso já estaria “dado”. A questão central seria a forma de integração.

A conclusão principal de Sallum Jr. é que a globalização inviabiliza qualquer projeto de construção de “capitalismos nacionais”, embora não haja uma integração homogênea dos países no mercado mundial. O que está em jogo são as estratégias nacionais para o desenvolvimento, muito influenciadas pelas condições sociais, históricas e políticas de cada país.

Uma das estratégias é a busca do desenvolvimento regional, como mostra o caso dos distritos industriais italianos (BAGNASCO, 2001). O processo de globalização pode ser acompanhado do desenvolvimento regional, na medida em que combina as oportunidades do mercado, o “capital social”<sup>6</sup> local e as medidas políticas adequadas, voltadas à preservação e ao aperfeiçoamento de recursos dos quais a economia e a sociedade podem lançar mão, desenvolvendo a chamada governança. Esse autor defende que o exercício do poder político é elemento importante para o entendimento da

---

<sup>4</sup> Acordo assinado em 1944, em prol da regulação da economia mundial a partir de regras econômicas gerais e organismos capazes de interferir na situação econômica de países em crise. Originou o Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>5</sup> As questões relevantes a serem debatidas seriam: Quais os modos de inserção das sociedades nacionais no sistema mundial? É possível agrupá-los em algumas formas básicas? Quais são elas? Que tipos de Estado as caracterizam? Por que as sociedades adotam tal forma de inserção e não outra?

<sup>6</sup> “O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social, às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento.” (BAGNASCO, 2001, p. 359).

acumulação capitalista, além de outros, como os graus de inovação, a autonomia tecnológica e as possibilidades de fragmentação das cadeias produtivas.

A revolução tecnológica e a reestruturação produtiva foram as principais estratégias nacionais e empresariais diante da tendência histórica de acirramento da concorrência intercapitalista nos últimos anos que, associadas à expansão das corporações transnacionais, à expansão dos investimentos diretos no exterior (até mesmo em países semiperiféricos, porém em menor escala) e à expansão dos fluxos financeiros internacionais, caracterizou a terceira divisão internacional do trabalho, iniciada na década de 70. A expansão das filiais de multinacionais em países periféricos e semiperiféricos reforçou a estratégia pró-sistêmica de industrialização e a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais.

A partir da década de 80, a expansão das corporações transnacionais, incentivadas e subsidiadas por governos nacionais e locais, favoreceu o transplante de partes das cadeias produtivas. Uma outra mudança nos processos de acumulação de capital foi a composição do comércio mundial. Os produtos de médio e alto conteúdo tecnológico tornaram-se maioria no total de exportações (POCHMANN, 2001).

Uma teoria alternativa para a relação centro X periferia do poder é aquela pensada por Hardt e Negri (2001). Segundo esses autores, o enfraquecimento da soberania dos Estados-nação a partir da reestrutura global do capitalismo não significaria o fim da soberania política, mas a sua mudança de forma, expressa por meio de uma série de organismos nacionais e supranacionais unidos pelo “Império”. A soberania do Estado-nação era a pedra angular da expansão econômica e do imperialismo. O Império, modelo vigente contemporaneamente, não tem um centro territorial de poder, sendo mais um aparelho de desterritorialização e de descentralização das fronteiras em direção ao abarcamento do mundo inteiro; assim o poder do império não tem limites e o objeto de seu poder é a vida social como um todo. Como no império não há centro, não poderíamos pensar nos Estados Unidos como tal, embora esse país ocupe uma posição privilegiada nessa configuração. Poderíamos apenas apontar pontos de referência, formando uma estrutura piramidal<sup>7</sup>.

Segundo Hardt e Negri (2001), a noção de desenvolvimento seria ilusória, pois pressupunha um único padrão de desenvolvimento econômico

<sup>7</sup> No cume da pirâmide temos os Estados Unidos, em um segundo nível está um grupo de Estados que controlam os instrumentos monetários globais e as trocas internacionais, representados em organismos como o G7, o Clube de Londres, de Paris. No terceiro nível, ainda da primeira camada, está um grupo de associações com interesses heterogêneos e com poder cultural global. A segunda camada tem a forma de rede, composta por empresas transnacionais (redes de fluxo de capitais, de tecnologias, de populações etc.). Finalmente, a terceira camada da pirâmide é formada por grupos representantes dos interesses populares no arranjo de poder, os Estados-nação, a mídia, as instituições religiosas, as ONGs (HARDT; NEGRI, 2001, p. 330-331).

seguido pelos países em momentos diferentes e em velocidades diferentes, como em um *continuum* de desenvolvimento. Mas a saída teórica do subdesenvolvimento e da dependência também teria problemas. As críticas à perspectiva da dependência estaria na idéia de que a evolução de um sistema econômico depende de sua posição na estrutura de poder global. O problema estaria na saída discutida por muitos daqueles teóricos da dependência: a desvinculação e isolamento das economias das suas relações de dependência, em busca de uma estrutura econômica autônoma. Essa é uma hipótese equivocada, segundo Hardt e Negri (2001), já que atualmente todos os países estão inseridos e dependem do sistema global. O isolamento apenas levaria a mais dominação, impotência e pobreza.

Uma das características do “Império” seria a expansão da dimensão informacional da sociedade. A informatização da produção traria mais ganhos na competição internacional do que a industrialização. Colocam como exemplo a Itália, que nas décadas de 50 e 60 passou por processos de modernização e de industrialização. A pós-industrialização da década de 70 e 80 aconteceu mesmo sem a conclusão dos processos anteriores; portanto, a Itália é um exemplo de país onde não se sucederam estágios completos de desenvolvimento, como manda o figurino das teorias desenvolvimentistas, mas a mescla de formas econômicas incompletas (industrialização e informatização).

A crítica de Boron (2002) ao “Império” de Hardt e Negri (2001), alvo de sua obra *Império & Imperialismo*, centra-se justamente no conceito de Império. Boron defende a teoria de que a globalização não só consolidou a dominação imperialista, como aprofundou a submissão econômica e política dos países periféricos. A noção de Império dos referidos autores ignora, segundo Boron, as hierarquias e assimetrias estruturais, um poder com bases nacionais e as noções de centro e periferia, dando conta para explicar o funcionamento do imperialismo, em prol da perspectiva de que tudo está dentro do império e nada fica fora de seu domínio. Está posta, na crítica de Boron, a visão marxista de que a expansão do capitalismo dar-se-ia sobre a forma de imperialismo. As assimetrias, diz Boron, são visíveis nos dados sobre o desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mostram o aumento da distância entre pobres e ricos. Na década de 60, a distância que separava os 20% mais ricos da população mundial dos 20% mais pobres era de 30 para 1 e, no final do século XX, essa razão era de 75 para 1. Além disso, os atores estratégicos do imperialismo continuariam os mesmos, as grandes empresas transnacionais e os governos dos países industrializados continuariam a receber as transferências de excedentes da periferia.

A noção de Império, no entanto, não ignora as assimetrias de poder entre países, regiões, pobres e ricos, enfatizando a descentralização espacial

do poder, à medida em que não se pode pensar contemporaneamente em um centro irradiador do poder econômico. O poder é mais difuso e sem fronteiras, incluindo organizações transnacionais públicas ou não governamentais, defensoras dos interesses populares.

### **Globalização e nova economia**

Como já foi salientado, o debate a respeito das possibilidades de desenvolvimento da periferia e semiperiferia não pode desconsiderar a extrema importância que tem hoje a “nova economia”. A chamada nova economia significa um padrão de desenvolvimento recente calcado na difusão das novas tecnologias de informação, nos negócios eletrônicos, na generalização da internet, na biotecnologia e na economia digital. A expansão econômica dos países centrais tem sido fomentada por esses setores. Segundo Pochmann (2002), de 1984 a 1994, a expansão da economia americana aconteceu na indústria e no setor financeiro; já entre os anos de 1994 e 1999, a taxa média anual de elevação da participação do setor de novas tecnologias, nos Estados Unidos, foi de 4,7%. Em 1999, a Indústria de Tecnologias de Informação chegou a atingir 8,5% do PIB americano, segundo dados da *Industry and Trade Outlook 99*.

Assim, como nos alerta Pochmann (2001), o quadro atual de nova divisão internacional do trabalho tende à polarização tecnológica no seguinte sentido: a produção de manufatura nos países periféricos e a produção de bens industriais, de informação, comunicação e de serviços, no centro do capitalismo. Nas economias semiperiféricas predomina a indústria de transformação, utilizando mão-de-obra barata e pouco qualificada, o uso extensivo de matéria-prima e energia, e o baixo coeficiente tecnológico dos bens. A tecnologia não foi globalizada como outras formas de capital o foram, mas a existência de sistemas nacionais de inovação são fundamentais para o desenvolvimento da “nova economia”.

A nova economia não significa o abandono de tecnologias provenientes da industrialização. A sociedade informacional não pressupõe, portanto, o enfraquecimento progressivo do setor industrial. O crescimento da nova economia, em muitos casos, beneficia a expansão e o aquecimento da chamada velha economia. Além disso, é um desafio mensurar a produtividade dos bens e serviços produzidos nesse setor.

De qualquer forma, a posição de países ou empresas na cadeia produtiva internacional está cada vez mais atrelada ao controle da tecnologia de ponta. As novas tecnologias flexíveis são elementos de intensa valorização do capital. Nesse sentido, as estratégias de inserção econômica devem incluir o fomento à produção e difusão tecnológica, o que passa necessariamente pelo incentivo à pesquisa científica mais atualizada.

Podemos elencar como características da nova economia, conforme Dupas (2000), a supremacia na produção tanto de países como de empresas, de tecnologias de informação, a conexão em redes globais, a vinculação entre espaços de produção e uso da ciência através da internet, os lucros inesgotáveis gerados pelas redes e a expansão das redes financeiras globais, em busca dos lucros gerados na nova economia.

Diante dessa realidade, a globalização apresenta maiores dificuldades aos países menos capazes na produção e difusão de novas tecnologias, o que fomenta a tendência de concentração de postos de trabalho menos qualificados. Os fatores deletérios da globalização são maiores para os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, principalmente no que diz respeito ao desemprego e ao acesso à proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2001).

Para Hardt e Negri (2001) estaríamos diante de uma mudança de paradigma, à medida em que passamos da dominação da indústria para a dominação dos serviços e da informação, o que equivaleria a uma pós-modernização econômica, também denominada, por esses autores, de modelo da informacionalização<sup>8</sup>. Como conseqüência, não teria mais sentido falar em modernização, conceito associado à mudança de paradigma da agricultura para a indústria, portanto, as idéias de modernização e de industrialização fazem parte de um paradigma em superação.

### Considerações finais

O argumento que defendemos, neste trabalho, é o de que o acesso de um país a níveis satisfatórios de desenvolvimento requer a sua inserção na produção e difusão de bens ligados à nova economia e, do ponto de vista político, uma inserção menos periférica nas decisões internacionais, por exemplo, referentes à política de tarifas; porém, a inserção na divisão internacional do trabalho não é condição suficiente para o desenvolvimento. Os países melhor situados na estratificação do mercado mundial, mesmo que semiperiféricos, estariam em condições de obter ganhos no mercado mundial; contudo, pensamos que há um limite para os ganhos globalizados, pois os ganhos de alguns países, na maioria das vezes, significam a perda de outros, como, por exemplo, nas relações comerciais de exportação/importação.<sup>9</sup>

Se nos referirmos especificamente ao Brasil, esse é um país de semiperiferia, mas que, pelo seu dinamismo econômico e extensão do mer-

<sup>8</sup> São características desse paradigma informacional: migração de empregos da indústria para os serviços; flexibilidade das aptidões; importância crescente das ocupações voltadas para a comunicação, a informação, o afeto e o conhecimento.

<sup>9</sup> Stiglitz (2002) afirma que a ideologia corrente sobre o desenvolvimento global regulado desconsidera que um saldo positivo na balança comercial de alguns países implica déficits em outros. Se há países que exportam mais do que importam, é porque há outros que importam mais do que exportam.

cado consumidor, estaria em condições de se posicionar estrategicamente no mercado mundial, especialmente em uma situação de fortalecimento das relações multilaterais no Mercosul. A negociação local com países que possuem as mesmas posições na divisão internacional do trabalho e do poder, bem como a expansão dos investimentos em tecnologia de ponta, envolvendo o setor empresarial e as universidades, através de políticas articuladas de ciência e tecnologia, fortaleceria e estimularia, na nossa opinião, a economia regional.

### Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

BAGNASCO, Arnaldo. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, Glauco Antonio Truzzi; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

BORON, Atilio Alberto. *Império & Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: EdUNESP, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Transições de produção. In: *Império*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa anual de serviços*. v. 3 (2001) Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 71 p. Disponível em: < [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) > Acesso em: 30 nov. 2003.

POCHMANN, Marcio. Globalização e emprego. In: ARBIX, Glauco Antonio Truzzi; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. Trabalho frente à nova economia. In: *e-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

SALLUM JR., Brasílio. Liberalismo e desenvolvimentismo no Brasil dos anos 90. In: ARBIX, Glauco Antonio Truzzi; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

STIGLITZ, Joseph. *Globalization and its discontents*. New York: WWNorton & Co., 2002.